

O RIGOR DA PESQUISA PSICANALÍTICA: MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DE SUA VALIDADE E CONFIABILIDADE

Valéria Barbieri – FFCLRP-USP

Resumo

A Psicanálise desde o seu início foi descrita como um método de investigação dos fenômenos psíquicos. Contudo, a questão do seu caráter científico não se constitui até hoje como unanimidade. Essa situação ocorre principalmente devido à forte preferência das universidades pelas perspectivas quantitativo-positivistas de investigação, cujos critérios de avaliação do rigor do conhecimento não podem ser atendidos pelo método psicanalítico, em função de suas características de privilegiar o estudo da singularidade em detrimento da generalidade, e de sua indissociabilidade entre investigação e tratamento. Diante dessa realidade, este estudo visa debater as peculiaridades da pesquisa psicanalítica e apresentar alguns dos métodos de avaliação da validade e da confiabilidade do conhecimento por ela produzido. Assim, são apresentados seis métodos para estimar a solidez e fidelidade da pesquisa psicanalítica, entre eles o member-checks, o peer-checks, o contextual e o retrospectivo. Também é debatida a possibilidade de utilização da experiência emocional do analista/pesquisador constituir-se como um indicador da validade do conhecimento produzido na investigação/tratamento. Como conclusão, sustentamos que é possível obter um conhecimento de excelente qualidade oriundo da pesquisa psicanalítica, uma vez que tais métodos, por priorizarem uma avaliação empírica de sua legitimidade, são altamente rigorosos.

Palavras-chave: Psicanálise; Metodologia Científica; Validade

Abstract

Since its beginnings, Psychoanalysis has been described as a method of inquiry of the psychic phenomena. However, the question of its scientific character is not consensual at all. This situation occurs mainly due to the strong academic preferences for the quantitative-positivist research perspectives, whose criteria of evaluation of the knowledge accuracy cannot be attained by the psychoanalytic method, due to its characteristic of privileging more the singularity than generality studies and its comprehension that investigation and treatment are always linked. In view of this situation, the present study aimed to discuss the particularities of psychoanalytic research and to present some methods of evaluation of the validity and reliability of the knowledge issue from it. In order to do this, it is described six methods of evaluation of the solidity and reliability of the psychoanalytic research such as the member-checks, peer-checks, contextual and the retrospective one. It is also discussed the use of the analyst/researcher emotional experience as a judgment criterion of the accuracy of the knowledge produced in the inquiry/treatment. We concluded that it is possible to obtain knowledge of excellent quality issue from psychoanalytic research, since these methods are highly rigorous, due to their characteristic of prioritizing an empirical evaluation of its legitimacy.

Key-words: Psychoanalysis; Scientific Methodology; Validity

A PESQUISA PSICANALÍTICA E SUAS PARTICULARIDADES

Tratar do tema da Psicanálise como método científico exige necessariamente iniciar com a descrição de Freud (1923/1976) de que ela seria:

1. Um procedimento para a investigação de processos mentais quase inacessíveis por outro modo;
2. Um método baseado nessa investigação para o tratamento de distúrbios neuróticos;

3. Uma coletânea de informações psicológicas advindas dos dois primeiros tópicos e que vai se acumulando como uma disciplina científica.

Nessa tríade inseparável em seus elementos, chama a atenção o fato de a questão do método ser a primeira descrita, e as demais manterem uma relação de dependência dele, demonstrando que Freud enfatizou essa faceta da Psicanálise em detrimento das outras duas. Mesmo assim, o caráter de cientificidade dessa área de conhecimento está longe de ser considerado como uma unanimidade, a ponto de cientistas como Klauber (1968) preferirem concebê-la mais como uma arte ou aproximá-la de campos de conhecimento como a História.

Por outro lado, Pacheco Filho (2000a) defende que a Psicanálise constitui-se como um paradigma científico, já que ela apresenta leis e teorias sobre os fenômenos psíquicos, elaboração de sofisticados métodos para a sua investigação, além de propostas de aplicação. Contudo, ela não se encaixaria num modelo de ciência que busca o controle e a predição, advindos de um conhecimento inequívoco e imutável, obtido por meio de observações impessoais e de instrumentos padronizados. Assim, a despeito de existirem, na literatura, pesquisas psicanalíticas baseadas no paradigma quantitativo de investigação (HOLT, 2002) a grande maioria da produção científica a seu respeito repousa num modelo mais próximo da filosofia existencial, hermenêutica e pós-moderna. Nesse contexto, o pressuposto básico é o de que seria inviável alcançar uma compreensão profunda do significado (consciente ou inconsciente) da experiência sem considerar os aspectos humanos de uma entrevista ou de qualquer outra forma de contato com alguém.

De acordo com Klauber (1968) a difusão da Psicanálise como prática clínica exigiu esforços para a sua consideração também como método científico, e foi prioritariamente essa indissociabilidade entre investigação e tratamento que tornou imprópria a sua comparação com a ciência experimental. Dessa maneira, embora a investigação psicanalítica possa ser utilizada para a compreensão de vários fenômenos e situações da vida humana além do tratamento clínico, prolongado ou breve, a grande maioria de sua produção científica encontra-se atrelada a essa circunstância, onde o vínculo entre pesquisa e intervenção aparece de forma mais evidente. Nessa direção, Kvale (2003) defende que essa associação entre cura e pesquisa, não pode ser rompida, já que em Psicanálise pesquisa e tratamento caminham lado a lado. Assim, existe um entrelaçamento dialético entre conhecimento e ação, com o objetivo de transformar a compreensão e a conduta do paciente; nesses termos, o valor do conhecimento deveria ser estimado pelo seu impacto na prática.

Na situação analítica, os sujeitos envolvidos (analista e paciente) se empenham num projeto existencial em que ambos têm voz, e que é definido por um objetivo de transformação. Embora Violante (2000) defenda que esse objetivo deve primar sobre aquele do saber, consideramos que é impossível separá-los, já que não existe transformação que não gere conhecimento (mesmo que o terapeuta e o paciente não saibam que o alcançaram). Nessa mesma direção, Kvale (2003) sustenta que alguns dos saberes mais penetrantes da condição humana foram produzidos como efeito colateral do trabalho de ajudar terapeuticamente os pacientes a mudarem suas vidas, implicando na possibilidade de teorizar a partir da situação de tratamento.

Subsidiando essa posição, e valorizando o método do estudo de caso em detrimento da utilização de vários sujeitos para a composição de uma amostra (característica própria das pesquisas experimentais), Pacheco Filho (2000a) defendeu que a produtividade e eficácia da investigação em Psicanálise dependem muito mais do nível de profundidade, tempo de duração e detalhamento do estudo de cada paciente, acompanhado da reflexão teórica, do que do número de indivíduos analisados. Klauber (1968) complementa esse pensamento acrescentando que, para o psicanalista, não basta conhecer uma lei geral, mas também importa saber como ela se aplica a uma pessoa singular em um momento específico, e como as diversas leis interagem entre si, na idiossincrasia de cada ser humano. Assim, ao invés de buscar uma única explicação para vários eventos, o psicanalista deve encontrar múltiplas explicações para o mesmo fenômeno e, acrescentamos, em um caso específico, integrá-las, organizá-las e experimentá-las nas intervenções dirigidas ao paciente. A partir daí, tais explicações devem ser mantidas ou

afastadas, até que a significação da experiência subjacente ao sofrimento do outro seja alcançada; esta seria a dimensão em que se movem as ciências do espírito (SOUZA, 2000).

Não obstante essas especificidades da Psicanálise, as tentativas de integrá-la, e ao seu método, a campos de conhecimento mais fundamentados nas ciências tradicionais são frequentes. Um exemplo desses ensaios ocorre no domínio da Avaliação Psicológica, mais comumente no que diz respeito às pesquisas envolvendo a utilização de técnicas projetivas, área híbrida e ponto de tensão constante entre as ciências positivistas e a Psicanálise (BARBIERI, no prelo). Essas tentativas se refletem principalmente na determinação de maneiras pelas quais o psicólogo poderia avaliar as funções do ego a partir da produção nos testes, contribuindo para o fortalecimento de um padrão preocupado com a adaptação social e com o comportamento do indivíduo. Nesse contexto a Psicanálise fica submetida a um modelo médico-psiquiátrico de compreensão do ser humano em sua normalidade ou patologia. Dificuldades dessa natureza levaram alguns autores como Violante (2000) a sustentar que seria impossível articular uma Psicologia não psicanalítica com a Psicanálise, já que isso somente poderia ocorrer ao custo de rebaixamentos conceituais e de perda de rigor teórico nos dois campos. Subsidiando esse ponto de vista, Pacheco Filho (2000b) afirma que embora muitos acreditassem que a integração entre Psicologia e Psicanálise traria ricas contribuições, isso não constituiu um consenso. Segundo ele, muitos psicanalistas rejeitaram que essa aproximação descaracterizasse a Psicanálise no que ela possuía de mais original e criativo. Nesses termos o discurso freudiano seria deformado, já que as dimensões míticas e fantasmáticas, principais contribuições deste campo de conhecimento, seriam praticamente excluídas da sua compreensão do ser humano.

A despeito de acatar as diretrizes qualitativas da pesquisa psicanalítica, Lagache (1974) defende que a Psicanálise é uma ciência exata, porque o pensamento inconsciente não é, de forma alguma, inexato. O que acontece é que as fantasias, desejos, sentimentos, pensamentos e conflitos que ele contém, essenciais para a compreensão do paciente, aparecem distorcidos pelas defesas do ego. De acordo com Lagache, o pensamento inconsciente possui uma lógica própria e, assim, não pode ser apreendido nem pelo pensamento racional, nem pela fantasia isoladamente, mas por uma combinação de ambos. É somente no seu interjogo recíproco e complementar que seria possível encontrar a exatidão e a riqueza da pesquisa psicanalítica: “A psicanálise é feita de 5% de fantasia e de 95% de lógica”. (nossa tradução)¹

As peculiaridades do método psicanalítico de investigação científica e a tentativa de manutenção da sua riqueza e coerência logo demonstraram a inadequação do uso dos métodos quantitativos de avaliação do rigor do conhecimento produzido pelas pesquisas conduzidas sob esse paradigma. Essa situação impulsionou o surgimento, no âmbito da Psicanálise, de sentidos novos para o que se entende por objetividade ou replicabilidade em ciência (PACHECO FILHO, 2000b). Essas novas compreensões e algumas das formas desenvolvidas para a avaliação dessas características são apresentadas abaixo.

VALIDADE E CONFIABILIDADE DA PESQUISA PSICANALÍTICA

A impossibilidade de estabelecer critérios semelhantes ou procedimentos comuns às perspectivas quantitativas e qualitativas (incluindo a psicanalítica) para a definição da validade e fiabilidade do conhecimento foi debatida por Carnic, Rhodes e Yardley (2003). Segundo eles, tal inviabilidade deve-se principalmente ao fato de que alguns desses parâmetros de avaliação são unicamente relevantes para métodos particulares (por exemplo, o tamanho da amostra, que se aplica somente às investigações quantitativas). Para eles, se existirem similaridades desse tipo entre as duas perspectivas, elas devem ser buscadas em critérios de ordem superior, que seriam relevantes para todas as formas de pesquisa empírica rigorosa. Nesse sentido, as conclusões de qualquer pesquisa devem ser bem fundamentadas nos dados colhidos, o pesquisador deve mostrar profundidade e perícia na aplicação do método escolhido, e consciência do contexto histórico, teórico, sócio-cultural e interpessoal dos sujeitos/participantes. Nesse sentido, os métodos utilizados e as conclusões extraídas devem ser

¹ “(...) la psychanalyse est faite de 5% de fantasie et de 95% de logique”. (p.244)

bem descritos e cuidadosamente justificados. Um critério final, de ordem pragmática, seria o de a pesquisa ser útil e significativa para alguns propósitos, ao menos para algumas pessoas.

Na investigação quantitativo-positivista, contudo, nem sempre a consideração do contexto sócio-histórico-cultural e pessoal dos indivíduos estudados é explícita, e o caráter pragmático do conhecimento produzido é na grande maioria das vezes indireto, devido ao processo de retirada das múltiplas dimensões do fenômeno até sua transformação em variável pura, isolada, unidimensional e passível de representação numérica (CONDE, 1995). Em tais casos, somente nesse momento de representação cifrável do fenômeno é que é possível utilizar procedimentos estatísticos para a determinação da ‘veracidade’ (validade) e ‘objetividade’ (replicabilidade/precisão) do conhecimento e, a partir disso, estabelecer os alcances e limites das conclusões extraídas (generalização). De acordo com Mc Grath e Johnson (2003), a consideração do fenômeno em investigação nessas bases arbitrárias de unidimensionalidade e linearidade impõe a ele um sistema de valores extremamente forte em termos da sua constituição, que permanece escondido no processo de mensuração e na trajetória da coleta de dados até as conclusões, terminando por ser ‘naturalizado’. A partir daí, na análise dos dados, o emprego de técnicas como a estatística inferencial e os testes de significância oferecem uma base poderosa para as interpretações, mas totalmente arbitrária.

Por sua vez, os pesquisadores qualitativos não dispõem de um padrão de procedimentos de avaliação da qualidade dos seus dados tão sistematizado quanto os quantitativos e, como as exigências de padronização da aferição e do controle não se aplicam às perspectivas de investigação que tratam da singularidade, caberia às próprias abordagens qualitativas criar os seus procedimentos de ‘controle de qualidade’ da pesquisa/intervenção. Nesse contexto, Mc Grath e Johnson (2003) e Hanns (2000) afirmam que os pesquisadores qualitativos têm se limitado a apontar os limites dos procedimentos quantitativos para a avaliação da qualidade das pesquisas, mas não propõem alternativas novas, o que reduz drasticamente os seus efeitos de persuasão, deixando-os à mercê de uma série de críticas. Com isso, no caso da avaliação da eficácia das psicoterapias, por exemplo, têm prevalecido as contribuições da abordagem comportamental e cognitiva, e o modelo médico de aferição, cuja medição das transformações terapêuticas não se dirige às dimensões psicodinâmicas.

No entanto, alguns esforços de desenvolvimento desses ‘controles de qualidade’ qualitativos vêm sendo empreendidos. Como em Psicanálise investigação e intervenção caminham juntas, e a teoria é indissociável da prática, a primeira validação possível, de acordo com Rassial e Costa Pereira (2008), seria de ordem formal, relativa ao exame da consistência interna dos postulados freudianos e dos acréscimos realizados por seus sucessores; por sua vez, a questão da validação empírica seria muito mais difícil. Contrabalançando essa dificuldade, em função de a pesquisa estar vinculada à prática, os procedimentos de validação possíveis teriam um caráter bastante rigoroso já que as nossas falhas são mais evidentes em nossos atos do que em nossas afirmações teóricas sobre o que fazemos. Fielding e Llewelyn (1982) também sustentam que a única maneira de saber se uma intervenção (ou uma teoria) é correta, é verificar o que acontece quando nós a utilizamos; de acordo com eles, isso poderia ser considerado uma predição, utilizada como um meio para alcançar a compreensão do objeto/sujeito de estudo, e não o seu controle ou domínio.

No caso da investigação clínica advinda da situação de tratamento psicanalítico, esse procedimento de determinação da validade da intervenção (interpretativa ou não) seria operacionalizado por meio da observação de seus efeitos sobre o paciente (BARBIERI, 2009). Kvale (2003) denominou esse tipo de validade, fundada no acordo intersubjetivo entre paciente e profissional, como *member-checks*; segundo ele, esse método consistiria em um excelente meio para avaliar a objetividade do conhecimento produzido em entrevistas. Contudo, como o diferencial da investigação psicanalítica é o estudo dos fenômenos inconscientes, a validade de uma intervenção/ interpretação não pode ser estimada por sua simples aceitação ou recusa conscientes por parte do paciente. Nesse contexto, Guerra (2001) afirma que a produção do conhecimento psicanalítico é norteadas e determinada pela existência do inconsciente. Assim, o próprio Freud (1937/1976) não confiava cegamente na comunicação verbal e na “auto-compreensão” por parte dos pacientes como evidências da autenticidade da interpretação, já que elas poderiam decorrer de sugestão ou resistência. Diante dessas possibilidades, ele sugeria que

o processo de *member-checks* verbal fosse abandonado, e recomendava formas mais indiretas de validação, que permitissem tirar conclusões a partir das reações do paciente após a interpretação. Os critérios por ele sugeridos implicariam na observação de mudanças no encadeamento das associações livres, surgimento de sonhos, rememoração de eventos esquecidos e alterações nos sintomas, enfim, fatores mais dinâmicos que implicariam em modificações no nível inconsciente da personalidade. Este tipo de validade seria de natureza pragmática e ultrapassaria a mera comunicação verbal. Seguindo essa mesma trilha, Brenner (1955, apud KLAUBER, 1968) listou as reações dos pacientes que poderiam indicar a legitimidade das interpretações, entre elas a diminuição da ansiedade, a melhora do sintoma (ou seu agravamento nos casos em que há uma intensa necessidade de sofrer), uma lembrança, sonho, fantasia ou outra associação verbal ou gesto confirmatório.

Klauber (1968) por sua vez, afirmou que não se deve confundir a ‘correção’ da interpretação no momento em que ela ocorre com o efeito que ela pode ter no contexto de uma análise completa. Partilhando desse mesmo ponto de vista, Hanns (2000) defende que

“(...) uma ação inócua ou danosa no curto prazo pode ser positiva no longo prazo, tal como também uma intervenção terapêutica pode ser inócua ou danosa para um sintoma mas importante para atuar sobre uma mudança estrutural e que afetará todo o sistema psíquico.” (p. 195)

Outro método para determinar a confiabilidade do conhecimento advindo da investigação clínica psicanalítica é o *peer-checks*, ou validade consensual, também no contexto do acordo intersubjetivo. Sua operacionalização implica enviar descrições das sessões e entrevistas a outros profissionais que avaliarão as interações entre profissional/pesquisador e paciente, e as intervenções realizadas. Ao contrário do *member-checks*, esse método integra uma concepção comunicativa da validade (KVALE, 2003) e implica uma negociação de sentido entre pares. Apesar de sua popularidade, no trabalho psicanalítico esse método de validação apresenta dificuldades importantes, a principal delas referindo-se às diversas escolas componentes da Psicanálise. Segundo Klauber (1968), essa situação é frequentemente negligenciada como um problema metodológico. Um exemplo dessa natureza é apresentado por Milner (1991), ao descrever a variedade de interpretações fornecidas aos mesmos desenhos de pacientes, por parte de psicanalistas componentes de diversas escolas. Ainda, dentro de um mesmo referencial teórico, as análises individuais de um relato de tratamento sempre variam, remetendo à consideração da validade do conhecimento à questão do número de ‘juízes’ envolvidos (KLAUBER, 1968; BARBIERI, 2009). De acordo com Pacheco Filho (2000a), a solução desse problema dependeria do desenvolvimento de ensaios epistemológicos que evidenciarão a matriz epistemológica “responsável (...) pela verdade ou eficácia da interpretação e pela estrutura de legitimidade dos conceitos teóricos, de tal modo que esta se torne imediatamente utilizável na ação prática dos terapeutas” (p. 241).

Embora não tenha abordado esse tema de modo direto, Guerra (2001) fornece-nos importantes elementos de reflexão a respeito da dimensão desse problema inerente ao método do *peer-checks*. Numa tentativa de estabelecer parâmetros da lógica do trabalho clínico psicanalítico que poderiam ser transpostos para a situação de pesquisa, ela, partindo de um ponto de vista lacaniano, assevera que uma análise implica em um trabalho que seria realizado por meio de três operações-redução: a repetição, a convergência e a evitação. Tais operações, segundo ela, poderiam constituir-se em categorias de análise a utilizar em uma pesquisa científica psicanalítica. Com relação à repetição, em acordo com o princípio de que os eventos na vida de um indivíduo se organizam em uma determinada lógica estrutural, seria possível encontrar a emergência do mesmo a partir da produção do diverso. O exame daquilo que se repete revelaria a ordem estrutural da qual ele se origina. A convergência referir-se-ia ao encaminhamento de vários enunciados para outro que seria essencial, um significante-mestre. Assim, a convergência daria a lei e o princípio da organização da estrutura revelada pela repetição. Por sua vez, a evitação, sendo oposta à repetição e à convergência, desvelaria o avesso daquilo que não é imediatamente dado, cuja ausência no discurso do sujeito denuncia justamente a sua presença. Os conteúdos evitados constituir-se-iam em obstáculos que

impediriam o sujeito de mudar sua posição discursiva. De acordo com Guerra, além de extrair o significante-mestre, uma análise deve deslocar o sujeito do discurso em que ele está instalado e produzir novas formas de lidar com os obstáculos evitados. Buscando transpor essas operações clínicas para o trabalho científico, Guerra afirma que quando o saber se depara com a realidade, há uma repetição (de procedimentos e ideias) para lidar com ela. Essas repetições modulariam discursos que adquirem o estatuto de verdades e fundam as teorias. Por meio da operação de convergência se estabelecem essas ideias básicas que se constituem como os significantes-mestres de uma teoria, cuja veracidade científica seria garantida por meio dos métodos utilizados para sua produção. Contudo, sempre existem elementos que não se enquadram nesses sistemas teóricos, e que são ilegíveis em seu contexto. Esses elementos dizem respeito aos pontos de evitação, e o trabalho sobre eles é que permitiria à ciência avançar. Como a ciência psicanalítica, ao invés de excluir, acolhe e sustenta esses obstáculos, ela se coloca em uma posição favorável à evolução dos conhecimentos que produz. Nesse mesmo contexto, um dos critérios definidos na concepção bioniana da pesquisa psicanalítica, referente à validade da interpretação é exatamente a sua natureza de não saturação (REZENDE, 2000). Assim, a veracidade estaria na questão e não na resposta (GUERRA, 2001), com a Psicanálise colocando o saber no lugar da verdade (RASSIAL & COSTA-PEREIRA, 2008). Nesse sentido, mesmo diante de escolas que promovem uma mudança paradigmática importante na Psicanálise como a winnicottiana (LOPARIC, 1997; FULGÊNCIO, 2008), encontramos possibilidades de focar o olhar em diferentes pontos do sofrer e do amadurecer humanos, importando menos o fato de serem ou não complementares e mais o seu potencial para abrir diferentes vertentes de compreensão do homem.

A objetividade do conhecimento psicanalítico também pode ser estimada por meio da validade contextual. De acordo com Marecek (2003), esse método implica em avaliar se todos os aspectos relevantes do contexto em que o sujeito/objeto se insere foram considerados em sua descrição. Assim, a objetividade seria sinônimo de fidelidade ao objeto. Klauber (1968) afirma que a sensação de convicção advinda desse tipo de validade deve-se ao julgamento de que uma avaliação complexa das interações dos motivos psicológicos do indivíduo foi obtida a contento. A validade contextual também estaria vinculada à chamada corroboração estrutural, que implica na avaliação da existência de dados suficientes apontando para uma mesma conclusão, ou seja, numa similaridade com a operação de convergência descrita por Guerra (2001). Acrescentamos que a validação contextual, ao se propor à compreensão da natureza intrínseca do objeto, necessita estar associada à validade pragmática, já que esta permite ao objeto protestar. Ainda, de acordo com as nossas considerações anteriores, esse método aparece como necessariamente limitado, uma vez que negligencia aquilo que fica de fora da compreensão coerente que ele produz, ou seja, os pontos de evitação.

Klauber (1968), ao comparar o método psicanalítico com o histórico, definiu um novo tipo de validade aplicável a ambos, que aqui denominarei 'retrospectiva'. Ela se baseia nas reconstruções, realizadas pelo analista, do passado do paciente a partir da experiência transferencial. Essas reconstruções seriam confirmadas ou não pelo paciente em suas lembranças e associações subseqüentes, ou seja, é necessariamente associada à validade comunicativa e à pragmática. O principal limite que esse tipo de validação apresenta refere-se a que a experiência transferencial não se trata de simples repetição do passado, mas de um novo investimento dos conteúdos da memória emocional, que pode funcionar tanto como um obstáculo quanto como uma alavanca para o trabalho analítico. Neste último caso ela inclui um desejo do paciente de ser compreendido pelo analista, e de que este repare a experiência emocional que o conduziu ao sofrimento ou, nos termos de Aberastury (1986), implica na expressão de sua fantasia de cura. Nesse sentido, Lagache (1974) acrescenta que a neurose de transferência é uma tentativa de restituição, um esforço novo de resolução de conflitos inconscientes não integrados na personalidade. Com isso, a tarefa de reconstrução do passado, mesmo conforme vivido pelo paciente e não necessariamente o real, se torna altamente complexa. De acordo com Klauber (1968) essa reconstrução não seria diferente das predições, e se constituiria em uma espécie de 'predição no passado', que evidentemente seria de um tipo diferente da predição das ciências naturais.

Vinculada ainda à experiência transferencial, Rassial e Costa-Pereira (2008) definem outra forma de avaliar a validade do processo psicanalítico e, portanto, do conhecimento advindo dele. Tratando-se a transferência de um processo relacional, eles consideram que uma cura (ou o empreendimento científico que ela comporta) implica, além das modificações no paciente, uma mudança de mesma amplitude no analista. De acordo com Rassial e Costa-Pereira, é em função dessa nova concepção que a ideia de supervisão como complemento da formação vem sendo substituída por uma “análise de controle” do profissional iniciante, o que significa que este não se contenta mais somente com o apoio técnico, mas necessita de uma análise, no sentido estrito, daquilo que o encontro clínico altera em sua posição subjetiva. Nesse contexto, ao invés dos impactos emocionais do pesquisador/analista comprometerem a validade e objetividade dos dados como preconiza a pesquisa experimental, no caso da investigação psicanalítica eles se constituiriam em poderosos indicadores desses critérios.

Essas considerações metodológicas apontam todas para a possibilidade de avaliar o rigor do conhecimento obtido na investigação psicanalítica por meio de pelo menos seis métodos diferentes, sendo que um deles defende que a subjetividade do investigador seria um forte aliado para a obtenção de um saber de qualidade. Nesses mesmos termos, Kvale (2003) afirma que “(...) a entrevista psicanalítica, antes de faltar em objetividade, distende os limites da objetividade na pesquisa em ciência social, permitindo que os objetos investigados protestem emocionalmente e verbalmente (...)” (p. 292, tradução nossa)².

Com relação à crítica frequentemente dirigida às perspectivas qualitativas de investigação (entre as quais a psicanalítica) de que suas pesquisas, por privilegiarem a compreensão da singularidade, impossibilitam a generalização, em trabalho anterior (BARBIERI, 2009) sustentamos que mesmo o estudo de um caso individual permitiria a transferência do conhecimento para outras situações. Para tanto, a questão da generalização deve ser abordada de uma maneira diferente daquela dos estudos experimentais. Nesses termos, Eisner (2003) assevera que os estudos de caso ofereceriam uma estrutura ou um esquema antecipatório que orienta, facilita e aumenta a eficiência de pesquisas a serem posteriormente desenvolvidas, e afetam positivamente nossas decisões; assim, ele teria aplicações para além do caso efetivamente investigado. Desse modo, apesar de os casos estudados posteriormente não serem idênticos àquele que forneceu a estrutura de base para a sua compreensão, pode haver similaridades de temas e mecanismos gerais passíveis de se repetirem no futuro (BARBIERI, 2009).

Por meio das considerações apresentadas, este ensaio procura solidificar a posição da Psicanálise como método, e mesmo paradigma, de pesquisa científica, embora em comunicação bastante estreita com as perspectivas qualitativas de investigação. A questão de até que ponto a singularidade de seu objeto primordial de estudo, os fenômenos inconscientes, viabiliza a sua inclusão no seio dessas perspectivas ou exige que ela constitua um paradigma autônomo extrapola os objetivos deste estudo. De qualquer maneira, a Psicanálise oferece opções metodológicas inovadoras e formas de avaliação de seu rigor, passíveis de revigorar as ciências que se ocupam do estudo do homem, permitindo a obtenção de conhecimentos inovadores e preservando o dinamismo que todo e qualquer campo de investigação deve apresentar.

BIBLIOGRAFIA

ABERASTURY, A. **Psicanálise da criança**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1ª edição, 1986.

BARBIERI, V. O psicodiagnóstico interventivo psicanalítico na pesquisa acadêmica: fundamentos teóricos, científicos e éticos. **Boletim de Psicologia**, v. LIX, 131, 209-222, 2009.

BARBIERI, V. Psicodiagnóstico Tradicional e Interventivo: confronto de paradigmas? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, 2010 (no prelo).

² “(...) psychoanalytical interview rather than lacking objectivity pushes the limits of objectivity in social science research, allowing the objects investigated emotionally and verbally to object (...)”

CAMIC, P. M.; RODHES, J. E.; Yardley, L. Naming the stars: integrating qualitative methods into psychological research. In: CAMIC, P.M.; RODHES, J.E.; YARDLEY, L. (Eds.), **Qualitative research in Psychology: expanding perspectives in methodology and design**. Washington: APA, 2003, p. 3-15.

CONDE, F. Procesos e instancias de reducción/formalización de la multidimensionalidad de lo real: processo de institucionalización/reificación social en la praxis de la investigación social. In: DELGADO J. M.; GUTIÉRREZ, J. (Eds.), **Métodos y técnicas cualitativas de investigación en Ciencias Sociales**. Madrid: Editorial Síntesis S.A., 1995, p. 97-119.

EISNER, E. W. On the art and science of qualitative research in Psychology. In: CAMIC, P. M.; RODHES J. E.; YARDLEY L. (Eds.), **Qualitative research in Psychology: expanding perspectives in methodology and design**. Washington: APA, 2003, p. 17-29.

FIELDING, R. G.; LLEWELYN, S. P. Psychoanalysis as a human science: critique and reformulation. **British Journal of Medical Psychology**, 55, 13-17, 1982.

FREUD, S. **Dois verbetes de enciclopédia**. In: Edição standard das obras completas de Sigmund Freud. V. XVIII. 1ª edição. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 285-307. (Original publicado em 1923).

FREUD, S. **Construções em análise**. In: Edição standard das obras completas de Sigmund Freud. V. XXIII. 1ª edição. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 289-304. (Original publicado em 1937).

FULGÊNCIO, L. O brincar como modelo do método de tratamento psicanalítico. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v.42, n. 1, 124-136, 2008.

GUERRA, A. M. C. A lógica da clínica e a pesquisa em Psicanálise: um estudo de caso. **Ágora**, v. IV, n. 1, 85-101, 2001.

HANNS, L. A. Psicoterapias sob suspeita - a Psicanálise no século XXI. In: PACHECO FILHO, R. A.; COELHO JÚNIOR, N; ROSA, M D. (Orgs.), **Ciência, pesquisa, representação e realidade em Psicanálise**. São Paulo: Casa do Psicólogo: EDUC, 2000, p. 176-203.

HOLT, R.R. Quantitative research on the primary process: method and findings. **Journal of the American Psychoanalytic Association**, 50, 457-482, 2002.

KLAUBER, J. On the dual use of historical and scientific method in Psychoanalysis. **International Journal of Psycho-Analysis**, 49, 80-88. (1968).

KVALE, S. The psychoanalytical interview as inspiration for qualitative research. In: CAMIC, P. M.; RODHES J. E.; YARDLEY L. (Eds.), **Qualitative research in Psychology: expanding perspectives in methodology and design**. Washington: APA, 2003, p. 275-297.

LAGACHE, D. La Psychanalyse comme science exacte. **Psychologie française**, 19, 217-246, 1974.

LOPARIC, Z. Winnicott e Melanie Klein: conflito de paradigmas. In: CATAFESTA, I.F.M. (Org.), **A Clínica e a Pesquisa no final do século: Winnicott e a Universidade**. São Paulo. São Paulo: Lemos, 1997, p.43-60.

MARECEK, J. Dancing through minefields: toward a qualitative stance in Psychology. In: CAMIC, P. M.; RODHES J. E.; YARDLEY L. (Eds.), **Qualitative research in Psychology: expanding perspectives in methodology and design**. Washington: APA, 2003, p. 49-69.

McGRATH, J. E.; JOHNSON, B. A. Methodology makes meaning: how both qualitative and quantitative paradigms shape evidence. In: CAMIC, P. M.; RODHES J. E.; YARDLEY L. (Eds.), **Qualitative research in Psychology: expanding perspectives in methodology and design**. Washington: APA, 2003, p. 31-48.

MILNER, M.A **loucura suprimida do homem são**. 1ª edição, Rio de Janeiro: Imago, 1991.

PACHECO FILHO, R. A. O método de Freud para produzir conhecimento: revolução na investigação dos fenômenos psíquicos? In: PACHECO FILHO, R. A.; COELHO JÚNIOR, N; ROSA, M D. (Orgs.), **Ciência, pesquisa, representação e realidade em Psicanálise**. São Paulo: Casa do Psicólogo: EDUC, 2000a, p. 235-270.

PACHECO FILHO, R. A. O debate epistemológico em Psicanálise (à guisa de introdução). In: PACHECO FILHO, R. A.; COELHO JÚNIOR, N; ROSA, M. D. (Orgs.), **Ciência, pesquisa, representação e realidade em Psicanálise**. São Paulo: Casa do Psicólogo: EDUC, 2000b, p. 15-42.

RASSIAL, J.J.; COSTA-PEREIRA, M.E. Questions épistémologiques sur la validation en psychanalyse. **Psychologie française**, 53, p. 71-80, 2008.

REZENDE, A.M.R. **O paradoxo da Psicanálise: uma ciência pós-paradigmática**. 1ª Edição. São Paulo: Via Lettera, 2000.

SOUZA, O. Aspectos do encaminhamento da questão da cientificidade da Psicanálise no movimento psicanalítico. In: PACHECO FILHO, R. A.; COELHO JÚNIOR, N; ROSA, M D. (Orgs.), **Ciência, pesquisa, representação e realidade em Psicanálise**. São Paulo: Casa do Psicólogo: EDUC, 2000a, p. 205-233.

VIOLANTE, M. L. V. Pesquisa em Psicanálise. In: PACHECO FILHO, R. A.; COELHO JÚNIOR, N; ROSA, M D. (Orgs.), **Ciência, pesquisa, representação e realidade em Psicanálise**. São Paulo: Casa do Psicólogo: EDUC, 2000, p. 109-117.

Valéria Barbieri

E-mail: valeriab@ffclrp.usp.br
valeriabarbieri@uol.com.br